



Senadores aprovam aumento de pena para roubo com explosivo

Projeto de Otto Alencar, que vai à sanção, também determina que bancos instalem dispositivos para destruir cédulas em caixas eletrônicos atacados

Projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado aumenta as penas para roubos e furtos praticados com o uso de explosivos, entre eles os ataques a caixas eletrônicas. A proposta segue agora para sanção.

De acordo com o texto, a pena para roubo será elevada em dois terços quando houver uso de explosivos. Se o roubo resultar em lesão corporal grave contra a vítima, a pena será de no mínimo 7 e no máximo 18 anos de prisão. Hoje a pena maior para esse crime é de 15 anos.

O projeto também incorporou mudança feita pela Câmara que obriga bancos a instalar em caixas eletrônicas dispositivos para inutilizar cédulas em caso de roubo.

Os bancos deverão seguir um cronograma para implantar os equipamentos em todos os caixas, de acordo com o tamanho do município em que eles estão instalados. Cidades com até 50 mil habitantes terão até 18 meses para se adaptar. Cidades com até 500 mil habitantes terão 24 meses. As demais cidades terão 36 meses. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Otto Alencar defende em Plenário o aumento da punição para quem praticar roubos com o uso de explosivos

Regulamentação do Uber já está em vigor **4**

Isenção de taxa em concurso segue para sanção **3**

Projeto incentiva cultura da paz nas escolas **8**

Padilha: saída de Meirelles não modifica política econômica

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, que uma possível saída de Henrique Meirelles do Ministério da Fazenda não

vai alterar a política adotada pelo governo federal para a economia.

Padilha disse também que a reforma trabalhista e a regulação da terceirização foram conquistas do governo. **5**



Pedro Franco/Agência Senado

Ministro fala na audiência ao lado de Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho



Eduardo Braga (D) preside debate com o diretor da Eletrobras Antônio Godoy e o deputado Julio Lopes, relator da MP

Debatedores divergem sobre MP da Eletrobras

A comissão mista sobre a medida provisória que altera a legislação para permitir a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias e reestrutura o setor elétrico na Região Norte

fez a primeira audiência. Enquanto vários deputados criticaram a MP, representantes do governo e o relator disseram que o texto soluciona vários problemas. **7**

Conflito entre índios e colonos em RO preocupa senadores

Em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senadores pediram que o governo atue para resolver os conflitos entre assentados do Incra e indígenas da comunidade Uru-Eu-Wau-Wau, no norte de Rondônia. **6**

Comissão aprova mais recursos para investir em ensino infantil

Projeto aprovado na Comissão de Educação estabelece percentuais mínimos de transferência de recursos da União para municípios e o Distrito Federal destinados a creches. Governo fixará metas de atendimento a crianças. **8**

Ministérios pedem garantia de segurança energética

Representantes da Aneel e dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente disseram ontem, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, que qualquer decisão quanto à contratação futura de energia deve levar em conta a segurança na produção e na oferta. Para os debatedores, a proibição de termelétricas prevista em projeto em tramitação pode prejudicar o país. **6**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Flexa Ribeiro (2º à esq.) comanda debate na Comissão de Meio Ambiente

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente do colegiado, Otto Alencar, e a relatora, deputada Simone Morgado, apresentam plano de trabalho

Comissão debaterá juros para crédito não rural

Colegiado que analisa medida provisória sobre a questão fará audiências para ouvir representantes de ministérios, de estatais do setor financeiro e dos setores industrial e agrícola para subsidiar análise

NAS PRÓXIMAS SEMANAS, a comissão mista da Medida Provisória (MP) 812/2017 pretende ouvir representantes do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para debater a proposição, que muda o cálculo dos juros dos financiamentos de operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO) do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

De acordo com o plano de trabalho aprovado ontem, a comissão mista também pretende ouvir representantes do Ministério da Integração Nacional, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Goiás, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

A data dos debates será definida pela deputada Simone Morgado (PMDB-PA), relatora

da comissão presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) que tem como relatora-revisora a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO).

A MP 812/2017 modifica o cálculo dos juros não rurais das operações com recursos dos fundos constitucionais, à exceção do financiamento estudantil. Com a mudança, o governo pretende estabelecer critério objetivo para o cálculo, levando em consideração as desigualdades regionais, segundo explicou o Banco Central em nota sobre o assunto.

Cálculo pela TLP

Os encargos serão baseados na Taxa de Longo Prazo (TLP), ou seja, serão compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros reais prefixada. Além disso, serão consideradas as diferenças regionais por meio do Coeficiente de Desenvolvimento

Regional (CDR), de fatores de ponderação por tipo de operação e de um benefício de adimplência.

O texto do governo determina que as taxas de administração dos bancos responsáveis pelos fundos serão reduzidas gradativamente de 3% ao ano em 2018 até 1,5% ao ano em 2023. As novas regras começaram a valer para operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os fundos constitucionais são formados por 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os recursos são usados para a implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do país, visando o crescimento econômico e social das regiões.

Sandoval: militares estão comprometidos com a democracia

Airton Sandoval (PMDB-SP) criticou os opositores do presidente Michel Temer por afirmarem que o governo está se militarizando. Segundo ele, democracia precisa de ordem, e este conceito está implícito na força militar.

Na opinião do senador, as Forças Armadas são compostas por homens e mulheres comprometidos com a democracia e está na hora de acabar com o preconceito:

— Passados mais de 30 anos da retomada da democracia, a classe militar ainda é demonizada e militares carregam sobre si o estigma do autoritarismo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Chaves celebra 40 anos do Instituto Histórico e Geográfico de MS

Pedro Chaves (PRB-MS) celebrou os 40 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. O senador enalteceu o papel do instituto na difusão da cultura sul-mato-grossense, classificando a produção de livros e documentos da entidade como uma “contribuição fantástica e generosa” para a história do estado.

— O instituto cumpre um papel muito importante, ao procurar conhecer e divulgar a música, a poesia, a história, as tradições pantaneiras e quilombolas, bem como a imensa contribuição cultural de outros povos que escolheram Mato Grosso do Sul para viver e trabalhar.

Ferraço diz que prisão em segunda instância é desejo da população

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu a prisão de condenados pela Justiça em segunda instância, conforme regra atual, adotada em julgamento realizado em 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Na opinião do senador, a posição adotada em 2016 pelo Supremo espelha o desejo da população de que os poderosos não fiquem impunes. Segundo Ferraço, são os mais ricos que conseguem, com bons advogados, prolongar os processos nos quais são réus, gerando sensação de impunidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MP da mobilidade urbana será discutida em audiência pública

Foi marcada para 5 de abril a primeira audiência pública para debater a MP 818/2018, que altera a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Serão convidados 12 representantes de prefeituras e entidades ligadas ao setor. O plano de trabalho da comissão mista encarregada de analisar a medida provisória, aprovado ontem, prevê uma segunda audiência pública na cidade de São Paulo, no dia 9.

O relator da MP, deputado Fausto Pinato (PP-SP), disse que deseja apresentar o parecer em 11 de abril. Segundo ele, a rapidez é necessária, já que a medida foi prorrogada na segunda-feira por 60 dias e tem de ser aprovada antes de o prazo se esgotar.

A MP 818/2018 foi editada para evitar que centenas de municípios que não haviam elaborado planos diretores de mobilidade urbana

fossem penalizados com a impossibilidade de receber verbas federais. Em paralelo, a entrega dos planos de desenvolvimento urbano integrado que deveriam ser elaborados até 2018, como previsto na Lei 13.089/2015, foi prorrogada para até 2023.

Suavização

Além disso, a obrigação de fazer audiências públicas com representantes dos municípios envolvidos com os planos de mobilidade foi suavizada, exigindo-se agora o debate com representantes da sociedade civil.

A medida provisória também concedeu um prazo de sete anos, a partir da aprovação dos planos de mobilidade urbana, para que eles sejam compatibilizados com os planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios.

Lei cria conselhos de classe para técnicos industriais e agrícolas

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.639/2018, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os respectivos conselhos regionais.

A lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 145/2017, aprovado no Senado em 28 de fevereiro, e já entrou em vigor.

As profissões de técnico industrial e de técnico agrícola foram regulamentadas pela Lei 5.524/1968 e pelo Decreto 90.922/1985, o qual estabelece que esses profissionais só podem exercer suas atividades depois do registro em conselho profissional.

Até a nova legislação, o

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) fazia esse registro e normatizava a atuação dessas duas categorias. A partir de agora, os técnicos industriais e agrícolas deixam de fazer parte desse sistema e formam um conselho só para técnicos, à parte dos engenheiros e agrônomos.

O texto é do poder Executivo e foi relatado na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado por Lasier Martins (PSD-RS). De acordo com o senador, “a medida será, em grande escala, uma medida de justiça social com esse importante segmento de produção de riqueza e renda no país”.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDR Zona Franca Verde
9h Entre 8 itens, o PLS 68/2016, que trata da isenção de imposto para a Zona Franca Verde.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
9h Na pauta, o PDS 17/2018, sobre a construção de ponte entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, no Paraguai.

CCJ Evasão mediante violência
10h O PLS 157/2016, que aumenta a pena do crime de evasão mediante violência, é um dos 27 itens.

CÓDIGO COMERCIAL Desburocratização
14h30 Audiência interativa sobre a simplificação e desburocratização da vida empresarial e os títulos do agronegócio.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Roubo com uso de explosivo terá pena maior

Texto aprovado endurece a punição para diversas modalidades de roubo e furto. Bancos deverão instalar dispositivos para destruir cédulas em caixas eletrônicos atacados

O SENADO APROVOU ontem o projeto que endurece as penas para diversas modalidades de roubo, incluindo o de caixas eletrônicos, com o uso de explosivos. O texto final do PLS 149/2015 incorporou modificações da Câmara dos Deputados que obrigam os bancos a instalar dispositivos para inutilizar cédulas dos caixas atacados. O projeto segue agora para sanção presidencial.

De autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), a proposta eleva em dois terços a pena por roubo quando há uso de explosivos para destruir um obstáculo. Já a prática de furto com o emprego de explosivos passa a ser uma modalidade de furto qualificado, com pena de quatro a dez anos de prisão.

O furto e o roubo de equipamentos explosivos também têm suas penas aumentadas: quatro a dez anos de prisão, para o caso de furto, e elevação da pena em até 50%, para o caso de roubo. O roubo realizado com uso de armas também tem a punição agravada: passa a render aumento

de dois terços da pena.

Caso o ato de roubo resulte em lesão corporal grave contra a vítima, a pena passa a ser de 7 a 18 anos de reclusão — atualmente, é de 7 a 15 anos.

Segundo o Código Penal, tanto o furto quanto o roubo são definidos como a subtração de um bem móvel. A diferença entre eles é que, no roubo, há o emprego de violência ou grave ameaça.

A alteração no projeto feita pela Câmara prevê que os bancos instalem nos caixas

eletrônicos dispositivos para inutilizar as cédulas que dispensem tinta, pó químico ou ácidos ou mesmo que incineraram as notas.

Cronograma

Os bancos deverão seguir um cronograma para incorporar os equipamentos em todos os seus caixas. As agências de cidades pequenas, com até 50 mil habitantes, terão de se adaptar mais rapidamente, em até 18 meses. As agências de cidades médias, com até 500

mil habitantes, terão 24 meses. As demais terão 36 meses.

O senador Dário Berger (PMDB-SC) foi o relator das modificações da Câmara. Para ele, a iniciativa é bem-vinda e atende demandas da sociedade e do Poder Judiciário por mais segurança e punição.

Sobre as novas regras para os bancos, Dário afirmou que são justas, uma vez que as instituições financeiras têm obrigação de adotar medidas de segurança na prestação de serviços e também têm

interesse em coibir as ações criminosas.

— A inutilização das notas parece ser um mecanismo eficiente para a diminuição da frequência de furtos em caixas, pois o proveito do crime não poderá ser utilizado, desestimulando, assim, essa empreitada — observou.

O autor do projeto original, Otto Alencar, também foi favorável aos acréscimos feitos pelos deputados. Ele alertou para a presença crescente de quadrilhas especializadas em arrombamento de caixas que atuam sobretudo em municípios do interior. O resultado, segundo ele, é que os bancos fecham as agências nessas cidades, deixando a população sem o serviço. O senador também disse esperar que o projeto chame os bancos à responsabilidade de investir em mais segurança.

— Não há como os bancos não investirem nessa tecnologia. O Estado é que não pode ser responsável pela segurança bancária. Não pode pagar a conta de quem tem lucros exorbitantes todos os anos.



Paulo Rocha e Eunício Oliveira na sessão que aprovou aumento de penas para roubos com uso de explosivos

Isenção em taxa de concurso segue para a Câmara

Pessoas carentes inscritas em programas sociais do governo e doadores de medula óssea ficarão isentos da cobrança de taxas de inscrição em concursos públicos, determina um projeto aprovado ontem pelo Senado. A proposta segue para sanção presidencial.

O texto (SCD 22/2015) já havia sido aprovado pelo Senado, em 2008, e enviado à Câmara dos Deputados, onde sofreu alterações, em 2015. Assim, teve de retornar ao Senado, para análise das mudanças

feitas pelos deputados.

Apresentado em 2007 pela então senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o texto original (PLS 295/2007) foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 2008, em decisão final. O projeto estabelecia a isenção das taxas de concursos para quem tivesse renda familiar abaixo de meio salário mínimo.

Na Câmara, após longa tramitação, o texto foi aprovado em 2015, ampliando a isenção para desempregados, carentes

e doadores de medula.

Ao retornar ao Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou as mudanças, mas com a retirada da isenção aos desempregados e mantendo a isenção aos carentes e aos doadores de medula óssea. Pelo projeto, os carentes precisam estar inscritos no Cadastro Único para programas sociais do governo federal.

O texto aprovado ontem pelo Plenário é o substitutivo da Câmara com a alteração da CCJ.

Proibição de corte de verba para segurança tramitará com urgência

O Plenário aprovou ontem urgência para a tramitação de projeto que proíbe a limitação de empenho de movimentação financeira dos recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública.

O PLS 90/2007 — Completar é de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e tramita em conjunto com outras propostas de teor semelhante.

O presidente do Senado,

Eunício Oliveira, destacou a importância da urgência, uma vez que a Casa tem se preocupado com a pauta da segurança pública.

— Fazer neste momento a aprovação de um projeto que proíbe contingenciamento em uma área tão sensível a todos os brasileiros, como é a segurança pública, é importante para que a gente possa dar a condição de que o Brasil volte a ter tranquilidade — disse.

Plenário aprova federalização da Rota das Neves

Senado aprovou ontem projeto que torna federal a rodovia entre os municípios de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). São 161 quilômetros que interligam as Serras Gaúcha e Catarinense, no trecho conhecido como Rota das Neves.

Segundo o relator do PLC 58/2016, Dário Berger (PMDB-SC), “não serão poucos os benefícios culturais, sociais e econômicos resultantes da implantação da rodovia”, devido ao potencial turístico da região.

O projeto vai à sanção presidencial.

Projeto que autoriza o plantio de cana em áreas da Amazônia Legal tem votação adiada

Foi adiada, mais uma vez, a votação do projeto que autoriza o plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nas áreas do bioma Cerrado e dos campos gerais situadas na Amazônia Legal. O texto é polêmico porque, apesar do potencial econômico apontado por seus defensores, críticos da mudança alegam que há riscos ambientais.

De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o adiamento se deu em razão do baixo quórum em Plenário. Antes mesmo da votação do PLS

626/2011, após reunião de líderes, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) havia prometido apresentar requerimento para adiar a votação por 30 dias e obstruir a votação, se necessário.

— É um passo atrás não somente do ponto de vista ambiental, mas em especial do ponto de vista econômico — disse o senador.

Na discussão da proposta, Paulo Rocha (PT-PA) disse que permitir o cultivo na Amazônia, mesmo em áreas degradadas, significaria criar mais uma ferramenta

para o desmatamento.

— Defendo que, em vez de os clarões de capim existentes na floresta serem ainda maiores, as áreas alteradas e degradadas sejam substituídas por espécies nativas da Amazônia, que podem gerar renda e alimentos para a população.

O autor do texto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que o projeto não agride a floresta, porque só usa áreas já modificadas.

— O projeto visa a uma única coisa, que é gerar emprego e renda no nosso estado, inclusive nas áreas de assentamento.

Eunício anuncia sessões do Congresso para analisar vetos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou que vai convocar para terça-feira sessão do Congresso Nacional para votação dos vetos do Funrural e do Refis das micros e pequenas empresas.

Ao sancionar a Lei 13.606/2018, que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural para débitos acumulados com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o presidente Michel Temer rejeitou dispositivos do texto, como o perdão de multas e encargos

sobre as dívidas dos produtores. O outro veto do presidente invalidou a criação do Refis das micros e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.

Eunício também comunicou que no dia 10 haverá outra sessão do Congresso para apreciação do veto feito parcialmente ao PLC 56/2017, que reformulou a carreira de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Cássio propõe decreto para retomada do seguro-defeso

Senador afirma que pescadores de todo o país estão sendo prejudicados pela falta de pagamento do benefício, suspenso por uma portaria do governo federal, que alega haver fraudes no programa

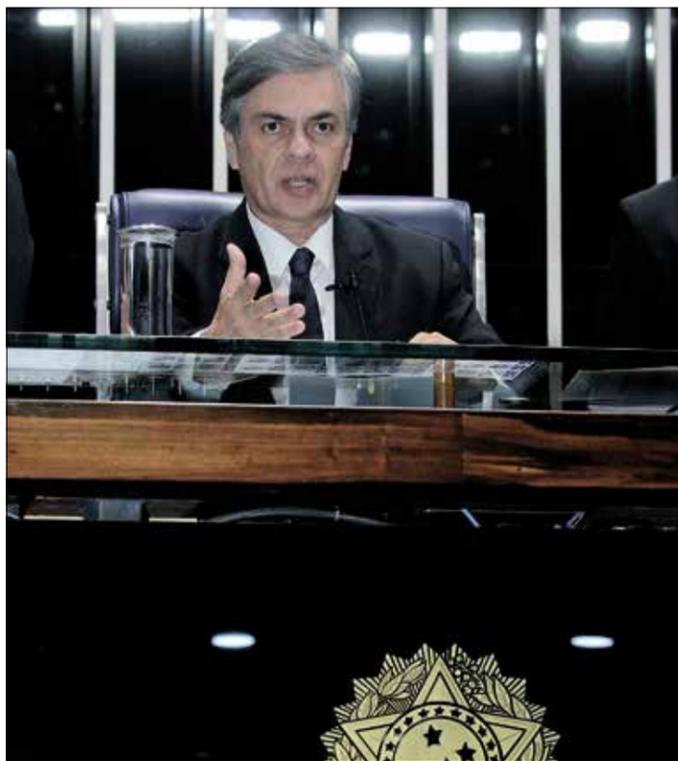
O PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE DO Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), anunciou ontem em Plenário a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustar a portaria do governo que impede o pagamento do seguro-defeso.

O seguro-defeso é uma assistência financeira temporária paga aos pescadores profissionais artesanais durante o período de defeso, quando eles são obrigados a deixar de pescar para permitir a preservação das espécies. O pagamento foi suspenso pela Portaria 78/2017, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Segundo o senador, o INSS precisa apresentar um parecer com esclarecimentos sobre o benefício para que ele possa voltar a ser pago aos pescadores. Cássio relatou que fez contato com o presidente do INSS, Francisco Paulo Soares Lopes, que garantiu que apresentaria o parecer até a semana passada, o que não ocorreu.

— A despeito da disposição de negociação dos representantes dos pescadores e da manifestação dos representantes do governo, o governo continua se mostrando errático, falho e descompromissado, não apenas com os pescadores, mas com vários outros segmentos. Portanto, não nos resta outra alternativa a não ser uma medida legislativa mais drástica — defendeu.

Cássio informou que na Paraíba atuam 28 mil pescadores, dos quais aproximadamente 18



Cássio anuncia em Plenário que apresentou projeto para sustar portaria

mil pescam em rios e açudes, e 10 mil, no mar. Ele disse entender o argumento do governo de que existiriam fraudes no programa. Ponderou, porém, que as fraudes, se existem, devem ser identificadas e combatidas.

— Se existe fraude, interessa aos próprios pescadores, os verdadeiros e legítimos pescadores, que a fraude seja combatida. O que não pode acontecer é que, em nome do combate a uma fraude, você penalize todos os trabalhadores, que deixam de receber o seguro-defeso.

Reunião

O senador contou ter participado no início do mês de uma reunião com representantes do governo federal, parlamentares

e representantes de pescadores para tratar do assunto. No encontro também foi discutida a necessidade de regulamentação da Secretaria da Pesca, que hoje praticamente não existe.

Segundo Cássio, um representante do Ministério do Planejamento apresentou o compromisso de que, até a semana passada, seria feita a regulamentação da secretaria. Mas isso também não ocorreu.

— Fica registrada nossa indignação com esse descaso do governo quanto à regulamentação da Secretaria de Aquicultura e Pesca e quanto ao aspecto mais grave, que é o não pagamento do seguro-defeso, vulnerabilizando famílias inteiras no Nordeste e em outras partes do Brasil.

Lindbergh chama de escalada facista protestos contra Lula

Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou como “escalada fascista” os protestos contra a caravana do ex-presidente Lula. Ele acusou os meios de comunicação de estimular a tentativa de impedir a candidatura de Lula e afirmou que a esquerda nunca teve a prática de impedir que seus opositores se manifestassem.

— Nós não somos como os fascistas. Agora, não temos medo deles. Eles não vão impedir que a gente circule por este país. Não vão impedir que Lula, que nenhum militante da esquerda brasileira se manifeste.



Fátima agradece carinho do povo dos estados do Sul

Fátima Bezerra (PT-RN) chamou atenção para o êxito da caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual, segundo ela, multidões manifestam seu reconhecimento às realizações dos governos do PT e se mostram carentes de um projeto de nação. Fátima elogiou o carinho do povo do Sul e atribuiu os protestos contra a caravana a grupos minoritários organizados de extrema direita.

— Lula vai conseguir registrar sua candidatura. Se Deus quiser e o povo, ele vai fazer a campanha e vai ganhar.



Para Humberto, direita raivosa patrocina ataques a Lula

Humberto Costa (PT-PE) destacou em Plenário a caravana do ex-presidente Lula na região Sul. Para o senador, as pessoas têm manifestado afeto ao ex-presidente, que classificou como “o maior da história do país”.

Segundo o senador, é preciso evitar os ataques que, segundo ele, têm sido feitos ao livre direito de manifestação e ao direito de ir e vir assegurado pela Constituição, com depredação de veículos e ameaça à integridade física dos participantes.

— Tudo patrocinado pelo que há de mais anacrônico no país, em especial uma direita raivosa, que patrocina e aplaude esse horror civilizatório.

HÁ 30 ANOS

Em votação histórica, constituintes escolhem sistema presidencialista

O presidencialismo continuará a vigorar no Brasil, informava o *Jornal da Constituinte* em 28 de março de 1988. Na votação em Plenário, o sistema de governo derrotou o parlamentarismo por 344 votos a 212. Todos os 559 membros da Assembleia Nacional Constituinte compareceram à histórica sessão de votação. Também foi aprovada a iniciativa popular para proposição de leis. “Se vigorar a sério, é inovação de grande modernidade”, afirmava o jornal.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte41>

Regulamentação para Uber e outros aplicativos está em vigor

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a lei que regulamenta os serviços de transporte por aplicativos como Uber, Cabify e 99 POP. A Lei 13.640/2018 foi publicada sem vetos e já entrou em vigor.

O texto sancionado é um substitutivo do deputado Daniel Coelho (PSDB-PE) ao Projeto de Lei 5.587/2016, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) e outros. No Senado, a proposta foi aprovada em outubro de 2017 como PLC 28/2017.

Com a nova lei, os municípios e o Distrito Federal terão competência exclusiva para regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte.

Esses entes federativos serão responsáveis pela cobrança dos tributos municipais e também por exigir a contratação do seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVat), além da

inscrição do motorista como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Antecedentes

O motorista precisa apresentar certidão negativa de antecedentes criminais. Também deve ter Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada. É preciso ainda atender as características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo governo e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Aquele que descumprir as regras terá seu trabalho caracterizado como transporte ilegal de passageiros.

Não será necessária autorização prévia do poder público municipal para o motorista de aplicativo. Também não há obrigatoriedade de usar placa vermelha e de o motorista ser o proprietário, fiduciante ou arrendatário do veículo.

Regina diz que manifestações são feitas por “vândalos”

Os protestos contra a caravana do PT na Região Sul foram alvo de críticas da senadora Regina Sousa (PT-PI) ontem. Ela afirmou que já conhecia a corrente separatista existente em Porto Alegre, mas disse que não imaginava a dimensão dos protestos.

Segundo Regina, vândalos atiraram pedras e ovos contra os ônibus e praticaram atos de violência que culminaram com mulheres hospitalizadas. Além disso, de acordo com a senadora, o ex-deputado Paulo Frateschi quase teve a orelha decepada.



Valadares manifesta preocupação com o futuro político do Brasil

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou preocupação com o futuro político do país, alertando que o povo sente cada vez mais repulsa por seus representantes e aumentam as manifestações de intolerância. Para o senador, é preciso reconstruir a crença na dignidade na vida pública e nos valores democráticos.

— Acredito que somente aqueles que conseguirem transmitir credibilidade e capacidade de enfrentar questões como segurança, saúde, educação, emprego e honestidade serão os escolhidos.



Padilha: saída de Meirelles não muda política

O ministro da Casa Civil respondeu aos senadores sobre possíveis mudanças na política econômica caso o ministro da Fazenda peça demissão para concorrer nas eleições

O MINISTRO-CHEFE DA Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a eventual saída de Henrique Meirelles do Ministério da Fazenda para concorrer nas eleições de outubro não vai alterar a política econômica do governo. Ainda de acordo com Padilha, a saída de Meirelles não é algo “consumado”.

— Ainda não há nada consumado nesse setor, nem firme. Ainda são especulações. Ainda não se tem isso dito pelo ministro de forma clara. Se porventura ele sair, a política é a política do governo Michel Temer e faremos de tudo para que seja preservado o mesmo rumo. Os indicadores na área econômica mostram que estamos trabalhando bem nessa área — disse Padilha em resposta a Ana Amélia (PP-RS).

Convidado para falar sobre o andamento das ações coordenadas pelo Poder Executivo que afetam as agendas do aumento da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios, o ministro destacou que o Brasil possui historicamente uma baixa produtividade, mas apontou como importantes avanços recentes a aprovação da reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização. As medidas, segundo Padilha, deram mais segurança jurídica aos empresários, abrindo espaço para contratações, o que resultou na redução do número de pedidos de seguro-desemprego em 2018.

— Ainda temos mais de 12 milhões de brasileiros desempregados. Precisamos ter a absorção do máximo possível desse contingente, que possa trazer esse patamar para um dígito.

Reforma tributária

A simplificação tributária é uma das questões essenciais nessa agenda de retomada de crescimento, de acordo com o ministro. Ele informou que o projeto de reforma do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incluído pelo Palácio do Planalto entre as 15 prioridades da agenda legislativa deste ano, está em fase final de elaboração. O governo quer diminuir os litígios com as empresas que são tributadas pelo PIS/Cofins.

Paulo Rocha critica plantio de cana na Amazônia

Paulo Rocha (PT-PA) criticou o projeto que permite o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia. Segundo ele, uma floresta como a amazônica não comporta projetos de monocultura e o plantio trará consequências graves, não apenas para o meio ambiente, mas também para a economia da região. Na avaliação do senador, as políticas para a região estão sendo concebidas sob uma visão equivocada.

— O argumento é de que o plantio de cana-de-açúcar será somente em áreas degradadas. Ora, permitir o cultivo de cana na Amazônia mesmo em áreas degradadas significa plantar mais uma ferramenta para o desmatamento.



Eliseu Padilha fala sobre o aumento da produtividade na economia durante a audiência coordenada por Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho

— A Fazenda está cuidando para que possamos ter ainda este ano e com a maior brevidade possível uma proposta consolidada para trazer ao Congresso Nacional essa simplificação. Segmentos têm sido consultados e manifestado suas preocupações — disse Padilha.

Senadores cobraram o apoio do governo a propostas em tramitação no Congresso que podem contribuir para melhorar o ambiente de negócios, como o PLS 559/2013, que moderniza a Lei de Licitações, e o PLS 52/2013, que unifica as regras de gestão, poder e controle social das agências reguladoras. Esses projetos já foram aprovados pelo Senado, mas aguardam definição da Câmara. Parlamentares também pediram atenção para propostas da agenda microeconômica.

Produtividade

Coordenador do grupo de trabalho de reformas microeconômicas na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que a falta de foco na questão da produtividade tem causado muitos prejuízos ao país. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse que falta vontade política do governo para fazer com que projetos importantes avancem:

— Quando vejo a vacilação entre o interesse do país e o interesse eleitoral de curto prazo, isso me deixa muito

preocupado — disse o senador.

Padilha afirmou que o governo olha com atenção para esses temas e que eles estão incluídos no pacote de medidas consideradas prioritárias em andamento no Congresso.

Licitações

José Serra (PSDB-SP) lamentou a demora do governo em apoiar uma proposta que reajusta o valor de referência de dispensa de licitação. Hoje, nos casos de compras e serviços, a licitação é dispensada para contratos de até R\$ 8 mil. Segundo Serra, o Ministério da Fazenda se manifestou contrariamente por considerar que a medida poderia elevar os casos de corrupção. Em resposta, Padilha disse que vai adotar a medida por decreto:

— Assumo aqui o compromisso. Para a mudança de faixa não há necessidade de ser por projeto. Vamos por decreto aumentar esse limite de R\$ 8 mil, que hoje é indiscutivelmente insignificante — disse o ministro.

Juros bancários

Vários senadores também cobraram medidas do governo para estimular a concorrência no setor bancário de forma que o consumidor perceba o efeito das sucessivas quedas da Taxa Selic, que chegaram a 6,75% ao ano, nível

mais baixo em toda a série histórica do Banco Central, iniciada em 1986. Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foram alguns dos parlamentares que questionaram Padilha sobre o assunto:

Previdência

Embora o governo tenha abandonado a discussão da reforma da Previdência, o ministro enfatizou que o tema ainda necessita de uma solução. O ministro reforçou a preocupação do governo com o teto dos gastos públicos, que congelou despesas federais por 20 anos para tentar equilibrar as contas, e chamou a atenção para o crescimento do rombo da previdência.

— O Brasil tem que pensar em como resolver o déficit da Previdência. Neste ano de 2017, o déficit foi R\$ 268,8 bilhões. A projeção para 2018 é em torno de R\$ 310 bilhões a R\$ 320 bilhões. É um número muito alto. No mundo inteiro esse tema foi equacionado nos países que deram certo. A Previdência tem que ser autossustentável.

A reunião de ontem foi a primeira do ano a atender a Resolução 28/2017, que impõe à CAE a promoção de duas audiências anuais com o ministro-chefe da Casa Civil ou com outra autoridade com status ministerial para discutir temas relativos à área econômica.

Telmário cobra repasse de emendas à saúde

Telmário Mota (PTB-RR) cobrou da governadora de Roraima, Suely Campos, e da Secretaria de Saúde do estado a aplicação de recursos que destinou ao setor por meio de emendas parlamentares. Segundo o senador, os postos de saúde locais não têm atendido às necessidades da população, embora ele tenha destinado mais de R\$ 2 milhões em emendas.

Telmário disse que irá a Roraima para apurar denúncia de que a verba foi usada para pagamento de empresas terceirizadas ligadas a políticos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pernambuco tem vocação em logística, diz Armando

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou a vocação que Pernambuco tem para a logística e o transporte. Segundo o senador, o estado tem 20% dos estabelecimentos de logística e transporte do Nordeste e isso se explica pela proximidade do Recife com as demais capitais nordestinas e pela localização privilegiada do litoral em relação à África e à Europa.

Ele citou também o papel estratégico do Aeroporto do Recife e do Porto de Suape. Para o senador, é preciso agir de forma planejada para que o porto atenda a demanda potencial.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia critica medida que afeta setor calçadista

Ana Amélia (PP-RS) criticou medida anunciada pelo governo que, para ela, prejudica o setor calçadista: a redução do imposto sobre importação de calçados esportivos. Ela também condenou o aumento dos tributos na folha de pagamento.

A senadora afirmou que vai sugerir à Comissão de Assuntos Sociais que faça uma audiência pública sobre os impactos dessas medidas no mercado.

— O governo deve olhar com atenção, sob pena de deixar de contabilizar questões relacionadas à recuperação mais rápida de um setor estratégico.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Flexa Ribeiro (2º à esq.), que presidiu a audiência pública, apresentou relatório contrário à proposta na CMA

Governo pede atenção à segurança energética

Em audiência pública ontem na CMA, representantes do Ministério de Minas e Energia e da Aneel afirmaram que a proibição de usinas termelétricas prevista em projeto pode ser prejudicial ao país

A EXCLUSÃO DAS usinas termelétricas da matriz energética brasileira é meritória, mas qualquer decisão na contratação futura de energia deve levar em conta a segurança na produção e oferta. A avaliação foi feita ontem por representantes do governo em audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 154/2016, que prioriza a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e prevê a exclusão, em leilões de energia nova, de usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo.

O relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e autor do requerimento de audiência, Flexa Ribeiro, (PSDB-PA), ofereceu parecer contrário. Ele argumenta que instituir proibições, sobretudo em leis, retira das autoridades a flexibilidade necessária para formulação e implementação de políticas públicas eficazes.

Termelétricas

O coordenador-geral de Fontes Alternativas do Ministério de Minas e Energia, Lívio Teixeira de Andrade Filho, disse que o projeto está em consonância com as metas do planejamento energético do país, mas observou que a proibição das termelétricas pode ser prejudicial ao país.

— O ministério sempre pau-tou a questão de não descartar

nenhuma fonte de energia que tem no país. Apesar de estarmos em consonância com o projeto, a vedação da fonte não é conveniente — afirmou.

Andrade Filho observou que o Brasil tem matriz energética bastante renovável. De 2012 a 2016, a oferta interna de energia foi de 81,7%, contra 22% no restante do mundo. No mesmo período, houve expansão de 90% de energia renovável, com destaque para a energia eólica e solar, com participação de 26%. As hidrelétricas respondem por 83% da matriz energética nacional. Em relação às fontes não renováveis, o gás liquefeito de petróleo responde por 49,8%, seguido do urânio (14%) e óleo (10,7%).

Na avaliação do representante do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago de Oliveira, toda redução de emissão poluente vai ser relevante e todo estímulo à energia renovável será fundamental.

— Embora seja importante considerar a redução da emissão de efeito estufa, a segurança energética também deve ser considerada, e o projeto deve estar adequado ao planejamento energético que o ministério apresenta.

O superintendente de Concessões e Autorização de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel),

Hélio Neves Guerra, apontou o crescimento das fontes renováveis no Brasil, mas ressaltou a participação das termelétricas na matriz energética nacional.

— As fontes renováveis representam grande parte da matriz. As usinas hidrelétricas têm 61% da matriz. As usinas de menor porte e eólicas já respondem por 8%, as fotovoltaicas já representam 1% da matriz energética brasileira, hoje com 165 mil megawatts instalados. As termelétricas têm participação expressiva, com mais de 30%. Quanto às termelétricas, 67% são fósseis, mas 33% usam alguma energia renovável, como a biomassa — afirmou.

Boicote

Autor do PLS 154/2016, Hélio José (Pros-DF) afirmou que o Brasil sempre boicotou a implantação de novas fontes energéticas.

— O Brasil não fabrica equipamentos fotovoltaicos competitivos por falta de investimento e fomento no setor. O projeto não engessa o governo e excetua as questões emergenciais — afirmou.

Flexa Ribeiro, por sua vez, reiterou que o projeto é meritório por favorecer o combate à poluição, mas destacou que “não há segurança energética se não tivermos as termelétricas em stand-by”.

Senadores cobram solução para impasse entre índios e colonos

Os senadores Ivo Cassol (PP-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO) pediram ontem que o governo federal atue para resolver os conflitos entre assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e indígenas da comunidade Uru-Eu-Wau-Wau, no norte de Rondônia. A falta de consenso sobre os limites entre os assentamentos e a área indígena demarcada tem gerado tensão e foi debatida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklimberg Freitas, disse que a reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi homologada no início da década de 1990. Com isso, a Funai não pode mais intervir nem revogar a demarcação.

— Nós, da Funai, temos limites impostos pela lei, e há determinações que somos obrigados a atender — afirmou.

Segundo Freitas, somente se houvesse a possibilidade de a questão ser levada novamente, de forma legal, à Presidência da República, poderia haver a retomada da análise sobre a comunidade Uru-Eu-Wau-Wau.

De acordo com o superintendente do Incra em Rondônia, Cletho Brito, os limites dos assentamentos do órgão estão corretos e há problemas com a demarcação da reserva.

— Dos 52 municípios do estado, 48 foram criados a partir de assentamentos do Incra e, passados 47 anos, nós ainda vivenciamos problemas que poderiam ter sido resolvidos

há 30 anos e não foram por acomodação, por se tratar de terras indígenas — disse.

Para o advogado Ermogenes Souza, representante dos assentados do município de Governador Jorge Teixeira, o Brasil tem terras suficientes para atender as necessidades dos indígenas. Segundo ele, cerca de mil famílias de assentados na região da grande Ariquemes poderão ser expulsas da terra que ocupam há cerca de 20 anos.

— Nosso desejo é que isso seja compreendido e que, nessas áreas enormes, nesse caso específico, seja dada a oportunidade a esses cidadãos para poderem produzir.

Regularização

O senador Ivo Cassol, autor do requerimento para a audiência pública, disse que o objetivo do debate foi reunir informações para consertar os erros do passado.

— Isso foi uma falha do governo lá atrás, e tão simples de corrigir, sem prejudicar ninguém. Tantas coisas o presidente [da República] Michel Temer está corrigindo, quando tantos falaram e não fizeram. Nós precisamos trabalhar para evitar mortes nas áreas indígenas.

Também para o senador Valdir Raupp, a questão precisa ser revista pelo governo federal.

— Não estamos a reivindicar nada das reservas indígenas que estão documentadas, decretadas, tituladas. Não estamos aqui para avançar nas reservas. Mas se tiver erro de demarcação na reserva Uru-Eu-Wau-Wau, que se corrija o erro — disse.



Ivo Cassol (C) coordena debate sobre reserva indígena em Rondônia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Privatizações no setor elétrico geram polêmica

Em audiência, deputados de oposição e representantes do governo divergiram sobre os efeitos da medida provisória que permite venda da Eletrobras e de suas subsidiárias

NA PRIMEIRA AUDIÊNCIA pública sobre a medida provisória que altera a Lei 10.848/2004 para permitir a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias e ainda reestrutura o setor elétrico na Região Norte (MP 814/2017), deputados da oposição e convidados criticaram a venda das empresas.

A reunião foi conduzida pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da comissão mista que analisa a MP e ex-ministro de Minas e Energia. Glauber Braga (PSOL-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Danilo Cabral (PSB-PE), Zé Carlos (PT-MA) e Carlos Zarattini (PT-SP) chamaram a atenção para a importância do setor para a soberania nacional. Representantes do governo alegaram que a privatização vai manter a relevância da Eletrobras.

Para Jandira, a MP 814/2017 abre caminho para que o governo possa privatizar não apenas a Eletrobras, mas também Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e outras. Já Danilo Cabral afirmou que a Eletrobras é a décima maior empresa de energia do mundo, responsável por 30% da geração e maior empregadora do setor no país.

— Essa empresa não é do governo, ela pertence ao povo brasileiro, não pode ser entregue dessa forma, sem diálogo. A Eletrobras vale muito mais que R\$ 12 bilhões — disse o deputado, antes de acrescentar que a conta de luz pode aumentar 17% em média com a privatização.

O representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Ikaro Chaves, disse que a Eletrobras possui nove das dez maiores hidrelétricas do Brasil, detém 44% da geração



O presidente da comissão, Eduardo Braga (2º à esq.), com Godoy, Pedrosa e Chaves na primeira audiência da MP

hidrelétrica e 52% da capacidade de armazenamento do setor. Além disso, é da Eletrobras metade de todas as linhas de transmissão do país. A empresa vende a energia mais barata do mercado, além de ser responsável por empreendimentos estruturantes e interligação de regiões remotas.

No mundo

Para Chaves, a presença estatal no setor elétrico é imprescindível. Ele disse que a China tem setor elétrico totalmente estatal e que países como Rússia, Índia e África do Sul, além de França e Coreia do Sul, têm sistemas majoritariamente estatais. Canadá e Noruega também têm setor elétrico totalmente estatal, afirmou.

— Talvez seja o melhor negócio do mundo, para quem comprar, é claro. Eles terão controle do preço da energia no país, pois terão um terço do mercado.

As seis subsidiárias da Eletrobras que devem ser privatizadas por leilão até o final do mês que vem são: Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista

Energia e Amazonas Distribuidora de Energia.

O relator da MP 814/2017, deputado Julio Lopes (PP-RJ), defendeu a importância da medida e afirmou que ela não trata da privatização da Eletrobras.

Por sua vez, o diretor de Geração da Eletrobras, Antônio Varejão de Godoy, afirmou que um dos objetivos é resolver alguns problemas estruturais, sobretudo na Região Norte, garantindo preço acessível para a energia elétrica. Ele explicou que a medida provisória estabeleceu data final de 31 de dezembro de 2018 para que a União reembolse a Eletrobras em até R\$ 3,5 bilhões relativos ao consumo de combustíveis das subsidiárias Amazonas Energia e Boa Vista Energia em termelétricas.

Subsídios

Essas despesas foram pagas pelas distribuidoras do grupo nos estados de Roraima, Amapá e Amazonas. O prazo originalmente previsto na Lei 10.438/2002, que regula a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, foi encerrado em 2017. Em 2016, o governo Temer já conseguiu aprovar a Lei 13.360/2016 (originada da Medida Provisória

735/2016), que alterou cinco leis do setor para diminuir os custos da União com subsídios pagos para geração de energia elétrica.

Para o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, a MP viabiliza a privatização para evitar que as subsidiárias precisem ser extintas. Segundo ele, o governo federal está propondo um novo modelo para o setor elétrico e quer trazer para o país capital de investimento de longo prazo. Para Pedrosa, a privatização da Eletrobras pode ser uma das saídas para que a empresa mantenha sua relevância.

Correção de falhas

O texto da MP prevê ainda uma solução para corrigir falhas de planejamento na compra de gás natural para alimentar a Usina Termelétrica Mauá 3, que pertence à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão (AmE-GT).

A usina firmou contratos para entrega de energia elétrica a distribuidoras até 2042, prevendo o uso de gás fornecido pelo gasoduto Urucu-Coari-Manaus, cuja outorga se encerra em 2030. O governo entende que o erro de planejamento de Mauá 3 expõe

consumidores do Amazonas a um risco de desabastecimento nesse período de 12 anos.

A MP 814/2017 também pretende conciliar a obrigação de entrega de energia por Mauá 3 com o prazo de autorização do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Na prática, a empresa poderá substituir a energia que deveria ser entregue nesse período pela de outros empreendimentos a gás natural da AmE-GT.

Sistemas isolados

A MP autoriza ainda a prorrogação de contratos de suprimento de energia elétrica nos sistemas isolados. Pelo texto, o aditamento desses contratos somente será permitido em caso de crise de abastecimento para aumento de quantidade e prazo, limitado a 36 meses, conforme disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A MP chegou a ser parcialmente suspensa em janeiro deste ano por uma liminar do juiz Claudio Kítner, da 6ª Vara Federal de Pernambuco, que impedia a privatização das grandes empresas de energia. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal, contudo, derubou a liminar em fevereiro.

Mais debates

Esta é a terceira medida do Executivo sobre a possível venda da Eletrobras. A 735/2016, transformada em lei, facilita a transferência do controle de ativos e as privatizações de distribuidoras da estatal, e o PL 9.463/2018, que tramita na Câmara, define as regras de privatização.

O texto recebeu 158 emendas e a comissão especial ainda promoverá outros debates sobre a MP.

Doação a igreja na Palestina tem parecer a favor

Humberto Costa (PT-PE) apresentou ontem relatório favorável à medida provisória que autoriza o envio de R\$ 792 mil para a restauração da Igreja da Natividade, na Palestina, que marca o local do nascimento de Jesus, segundo a tradição. Para o senador, a doação não impacta a economia nacional e pode significar o reconhecimento do Brasil como ator importante na cena internacional.

A votação do texto da MP 819/2018 foi adiada por causa de um pedido de vista feito pelo deputado Takayama (PSC-PR). A data prevista para nova análise é 4 de abril.

Caso aprovada, a participação brasileira na restauração



Humberto e o presidente da comissão da MP, deputado George Hilton

da basílica será marcada com a gravação do nome da República Federativa do Brasil em uma placa junto ao nome dos outros países que também enviarem doações.

Humberto ressaltou que a

contribuição deverá fortalecer as relações internacionais.

— Acho que essa medida é absolutamente justa. O Brasil é um país que tem uma diplomacia reconhecida internacionalmente.

Comissão avaliará política de financiamento para a ciência

A política pública a ser avaliada neste ano pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) será a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições. O tema, aprovado ontem pela comissão, foi sugestão do presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA).

O senador explicou que a Finep, criada na década de 1960, evoluiu muito e hoje atua como Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A empresa,

disse, gerencia recursos para o apoio à cadeia de inovação em diversos setores da economia.

— A avaliação é importante porque temos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que tem recursos para aplicação. Neste momento de dificuldades orçamentárias grandes para financiamento da ciência e da tecnologia, por que não avaliar essa política pública, não chamar os dirigentes da Finep para audiências públicas para se observar o que tem financiado? — disse Otto.

A avaliação terá o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) como relator.

Comissão de Educação aprova verbas para creches

Projeto prevê percentuais mínimos para a transferência automática de recursos da União destinados à educação infantil para municípios e o Distrito Federal. Governo fixará metas de atendimento a crianças

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto do senador Romário (Pode-RJ) que garante mais recursos aos municípios e ao Distrito Federal para investimento em educação infantil. A proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Relatado pelo senador Telmário Mota (PTB-RR), o PLS 339/2017 define percentuais

mínimos para a transferência automática de recursos via Programa Brasil Carinhoso.

Pelo texto aprovado o governo federal fixará metas de atendimento na educação infantil para garantir a matrícula de metade das crianças de 0 a 3 anos até 2024. Atualmente, apenas uma em cada quatro crianças nessa faixa etária frequenta creche.

Para os municípios que cumprirem a meta, o repasse

será de no mínimo 50% do valor anual por matrícula definido ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Já os municípios que não cumprirem a meta receberão 25% do valor.

De acordo com Telmário, a educação é um direito previsto na Constituição. A proposta, afirmou, “busca evitar cortes no orçamento que comprometam as futuras gerações”.

Transferência

O Programa Brasil Carinhoso (Lei 12.722/2012) determina a transferência às prefeituras, sem a necessidade de convênio, de recursos para a educação infantil, de acordo com o número de vagas ocupadas por crianças beneficiárias do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou que apresentem deficiência.

O objetivo é aumentar o número de vagas e incentivar a permanência dos alunos nas creches públicas e conveniadas. O programa prevê ainda a melhoria do atendimento e da qualidade da alimentação das crianças beneficiadas.



Lídice da Mata e Pedro Chaves na Comissão de Educação e Cultura

Criação do Estatuto do Cigano passa em colegiado

A criação do Estatuto do Cigano foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem. Apresentado originalmente pela Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec), o texto foi adotado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que tornou-se seu autor. O projeto (PLS 248/2015) segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Durante a discussão do projeto na CE, ontem, o relator, Hélio José (Pros-DF), citou dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em especial sobre as três etnias ciganas conhecidas como calom, rom e sinti. Ele ressaltou que as populações ciganas estão em 291 cidades de 21 estados:

— Calcula-se que a população de ciganos já ultrapassou os 500 mil. Eles são numericamente expressivos e extremamente ricos culturalmente.

Pelo texto, passa a ser identificado como população cigana o conjunto de indivíduos de origem e ascendência cigana que se identificam e são apontados como pertencentes a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.

Na área do ensino, o estatuto garante aos ciganos o direito à educação básica, proíbe a discriminação quanto ao fato de meninas não poderem estudar e prevê a criação de espaços visando à disseminação de suas culturas.

O texto também determina que as línguas ciganas passam a constituir um bem cultural de natureza imaterial.

Políticas afirmativas

O projeto estabelece que caberá ao poder público a adoção de estratégias voltadas à inclusão dos ciganos nos campos econômico e social, por meio de políticas afirmativas. Também será obriga-

ção do Estado desenvolver políticas de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo, entre outros direitos fundamentais, o acesso a medicamentos.

De acordo com o estatuto, o poder público deverá elaborar políticas para promover o acesso dos ciganos à terra e às atividades produtivas. Definidos como asilos invioláveis, os ranchos e acampamentos passam a ser considerados parte da cultura e tradição dessas comunidades.

Na área do trabalho, o projeto determina a instituição de políticas públicas para incentivar a contratação de ciganos recém-formados.



Representantes dos ciganos cumprimentam relator do texto, Hélio José (E)



Para Simone, proposta deverá reforçar lei de combate ao bullying

Escolas deverão incentivar cultura da paz, prevê projeto

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura de paz e medidas de conscientização, prevenção e combate à violência.

A relatora do PLC 171/2017, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), disse que a proposta, entre outros méritos, poderá reforçar a lei de combate ao bullying (Lei 13.185).

— Pesquisas da área apontam que quase 70% dos jovens afirmam já ter visto algum tipo de agressão nas escolas onde estudam, seja

verbal, física, discriminação em geral, bullying, furtos e roubos, além de ameaças as mais diversas — apontou.

A senadora ainda reforçou, citando estudos acadêmicos, que o cenário de violência, além de causar sofrimento intenso às vítimas, provoca a diminuição do desempenho escolar dos alunos. Simone finalizou a defesa do relatório lembrando que o Plano Nacional de Educação contém metas relacionadas à diminuição da violência nas escolas.

A proposta seguirá agora para o Plenário do Senado.

Proposta de ensino médio a distância será tema de debate

A proposta do Conselho Nacional de Educação (CNE) que prevê a aplicação da educação a distância em 40% da carga horária do ensino médio será tema de audiência pública na Comissão de Educação (CE). A data do debate ainda será definida.

O pedido da audiência, aprovado ontem, partiu da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que criticou o teor da discussão conduzida no âmbito do CNE. Para ela, a mudança seria feita sem o necessário debate com a sociedade e na contramão do que defende o Ministério da Educação sobre a massificação de escolas do ensino médio em tempo integral.

— O que será que o MEC entende como sendo escola de tempo integral? Uma que oferta 60% da carga horária presencialmente, e o resto terceirizado? É assim que a pasta diz que vai melhorar a qualidade da educação, tirando os estudantes das escolas? — criticou Fátima.

Para a senadora, se a proposta for adotada, será reforçado ainda mais o caráter de “apartheid social” da educação que, para ela, já está presente na reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017), classificada por Fátima como “precarizante”.

O vice-presidente da CE,

senador Pedro Chaves (PRB-MS), também afirmou ser “radicalmente contra” ofertar 40% do ensino médio a distância. Ele lembrou que a proposta foi criticada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, que disse não ter nenhuma intenção de adotar medidas com esse viés.

Serão convidados para a audiência representantes do CNE, do MEC, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entre outros.

Prêmio

Durante a reunião de ontem, também foram aprovados o projeto que cria o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Digital (PLC 98/2017) e a proposta que inclui os nomes dos ambientalistas Chico Mendes e José Lutzemberger e do almirante Ibsen Câmara em categorias do Prêmio Mérito Ambiental (PRS 24/2017).

O prêmio é entregue anualmente pelo Senado. De acordo com a proposta, Chico Mendes batizará a categoria Responsabilidade Ambiental, Lutzemberger, a categoria Gestão Sustentável, e o almirante Câmara, a categoria Inovação Ambiental.